

A INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR: DIFICULDADES E DESAFIOS

Thyanne Érica Torres de Assis;
Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
thyanne_erica@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as dificuldades e os desafios enfrentados por uma aluna, caracterizada com cegueira congênita a partir da sua matrícula em uma escola regular pública de ensino. Considerando esses aspectos, foi realizada uma pesquisa de campo em uma escola pública Estadual da cidade do Natal-RN, no sentido de acompanhar o cotidiano escolar da aluna, a fim de compreender os objetivos aqui descritos. A aluna, identificada com o nome fictício Rosa, tem 15 anos de idade e, desde o diagnóstico da deficiência visual, faz acompanhamento pedagógico especializado, estimulação essencial e reabilitação no Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos de Natal, IERC-RN, onde permaneceu até o ano de 2012, quando teve de ingressar na escola regular. Dessa forma, para se compreender o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, foi utilizado como aporte teórico as contribuições de Bueno (2004), Silva (2014) e Martins (2006). A partir das observações realizadas, foi possível compreender que, uma das maiores dificuldades apresentadas pela a aluna Rosa, em âmbito escolar, é o preconceito, a falta de preparação dos professores em encontrar estratégias de pedagógicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, além de diversos desafios como a acessibilidade física, não só da escola como também da infraestrutura da cidade como um todo.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência visual. Educação.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEE – nas escolas regulares de ensino ganhou foco principalmente nos anos 90 após a Declaração de Salamanca na Espanha em 1992, onde vários países assumiram o compromisso de procurar meios para educar juntos, todos os alunos sem restrições.

Assim, os educandos com alguma deficiência não iriam mais se adaptar a escola e sim esta ao aluno. Porém, sabemos que a inclusão não é uma tarefa fácil, ela exige tanto adequações por parte da escola – pedagógicas, físicas, curriculares – quanto por parte dos educadores e docentes, pois exige muitos mais que atividades adaptadas e diferenciadas, como também um “olhar” sobre o outro, sobre o diferente, independente de suas dificuldades.

Diante desse pressuposto, o trabalho objetiva apresentar as dificuldades e os desafios enfrentados por uma aluna com deficiência visual mediante a sua inclusão em uma escolar regular de ensino, por entender que este tipo de deficiência ainda é pouco discutida e abordada em trabalhos acadêmicos.

A investigação foi empreendida com base em uma pesquisa bibliográfica e num estudo de caso, tendo como recurso metodológico a pesquisa participante e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa foi realizada nos meses de julho e agosto de 2014, em uma turma de 7º ano da Escola Cor Azul¹, localizada na cidade do Natal-RN, por entender que esta apresenta um elevado número de educandos com NEE, principalmente com deficiência visual.

2 A DEFICIÊNCIA VISUAL: UM POUCO DE HISTÓRIA

Atualmente, todos sem nenhuma exceção, sem ou com alguma deficiência podem frequentar a escola regular. Porém nem sempre foi assim. Na Antiguidade, devido as difíceis condições de vida, ao estilo nômade e constante busca por abrigo e alimentação, era comum a eliminação dos mais fracos, feridos graves e das pessoas com deficiência. Já em algumas civilizações a preocupação com a perfeição do corpo e da mente em busca de um elevado padrão de homem, e de virtudes que envolviam aspectos físicos e mentais, fazia com que a pessoa com deficiência fosse deixada de lado por não corresponder a essas exigências. Em outras, as crianças consideradas fracas e defeituosas que eram identificadas ao nascer eram eliminadas. Na Roma Antiga, os patriarcas eram autorizados a matar ou abandonar seus filhos caso eles apresentassem algum defeito, porém ele devia apresenta-los a um grupo de pessoas, na qual deveriam constatar a sua anormalidade (MARTINS, 1999; 2006).

De acordo com Martins (1999; 2006) foi com o advento do cristianismo que as pessoas com deficiência começaram a serem vistas com outros “olhos”:

Foi com a expansão do Cristianismo que as pessoas com deficiência tiveram alguma visibilidade, e aos poucos foram sendo reconhecidos como criaturas de Deus, escapando assim do abandono ou da exposição.

As primeiras iniciativas correspondentes à educação de pessoas com deficiência começam a surgir no século XVI na Europa. Já as primeiras escolas para pessoas com deficiência visual foi fundada por Valentim Hauy, sensibilizado frente à miséria de inúmeros

¹ Nome fictício para preservar a entidade escolar na qual a aluna está matriculada.

cegos que viviam como mendigos. Com a utilização das letras em relevo, obteve um avanço significativo, conseguindo apoio para que mais tarde pudesse organizar uma classe. Após enfrentar algumas dificuldades, conseguiu junto a Assembléia Constituinte em 1791, uma parte do Convento dos Celestinos para o uso conjunto com a escola de surdos, passando a se chamar de Instituto para Cegos de Nascimento aceitando somente cegos que pudessem trabalhar em seguida o instituto passou a se chamar de Instituto dos Trabalhadores Cegos (BUENO, 2004, p. 68).

Vale salientar que o Instituto dos Trabalhadores Cegos, perdeu totalmente a sua caracterização de “escola”, evidenciando apenas o trabalho passando a ser chamado de asilo-oficia. Com isso, o Instituto dos Trabalhadores Cegos entrou em período de decadência, onde novas escolas começaram a surgir principalmente pela Europa.

Com o crescimento das escolas para cegos, firmou-se o movimento de internação e abriu-se a polêmica com o sistema substitutivo da escrita. O sistema de Hauy de letras em relevo, desde o início mostrou-se limitado devido as suas dificuldades de seu reconhecimento pelo tato, pela indisponibilidade de letras para cada aluno e por seu custo. Embora esse sistema seja considerado como inviável, seus sucessores lutaram pelo seu aprimoramento, utilizando-se de materiais diversos e de tipos de letras variados, porem sem grandes resultados.

Nesse sentido, surgiu à criação do capitão Charles Barbier, um sistema de pontos em relevo para servir de código secreto de comunicação militar, denominado de escrita noturna, divulgando assim a escrita para os cegos (BUENO, 2004).

Embora fosse um sistema eficaz comparando-se as letras em relevo, o sistema de Barbier ainda apresentava uma série de dificuldade aos cegos, como por exemplo, o tamanho da cela, a quantidade de pontos e a relação pontos-sons da fala prejudicando o aprendizado da ortografia. Com isso vários cegos parisienses tentaram variar o sistema de doze pontos de Barbier, tanto numericamente como na sua distribuição. O jovem que se saiu melhor foi Louis Braille, que diminuiu a cela de Barbier para seis pontos, tornando sua decodificação possível num simples toque de dedo, alterando a correspondência para pontos-letra escrita, eliminando os erros ortográficos (BUENO, 2004, p. 73).

Louis Braille desde cedo foi aceito na escola da sua cidade, destacando-se como aluno dedicado e inteligente, onde permaneceu até os doze anos de idade. Em seguida foi encaminhado para o Instituto dos Jovens Cegos, onde se destacou também como estudante, e depois como professor, além de pianista e organista (BUENO, 2004, p.73).

Em 1821, entrou em contato com o sistema de Barbier, aprendendo rapidamente a utilizar-se dele e assim aperfeiçoá-lo. Com apenas quinze anos de idade Braille apresentou seu sistema ao Instituto que, por conseguinte não foi aceito, onde ele só podia ensiná-lo fora do horário normal de aulas. O sistema Braille só foi reconhecido oficialmente em 1854, dois anos após a morte de seu criador. Braille em vida, além de lutar pela implantação de seu sistema pelo Instituto através de seu próprio trabalho e de suas publicações, se destacou como aluno do Collegè de France e como músico, adquirindo notoriedade junto à sociedade parisiense da época. Com a aceitação oficial do Braille pelo Instituto de Paris, logo ele se difundiu pela Europa e no final do século, se constituía no sistema substitutivo oficial da escrita na maioria dos países europeus, se unificando em 1950 através da Conferência Internacional para Unificação do Braille, ocorrida em Paris (BUENO, 2004, p. 74).

No Brasil, a educação da pessoa com deficiência visual se deu com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje denominado de Instituto Benjamin Constant, por iniciativa do Governo Imperial através do Decreto Imperial nº 428, de 12 de setembro de 1854.

Hoje, com o paradigma da inclusão os deficientes visuais devem ser matriculados preferencialmente nas escolas regulares, cabendo a ela toda estruturação e adequação para alojar esse aluno e proporcionar assim uma educação igualitária, onde este se sinta realmente incluído.

2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual, Segundo Kirk e Gallagher (2002, p. 180) podem ser classificadas em dois grupos principais, são elas a cegueira e a visão parcial ou reduzida (baixa visão). As crianças cegas são aquelas que perderam totalmente a visão ou aquelas que têm somente a percepção da luz, necessitando do uso do Sistema Braille como meio de leitura e escrita ou de meios de comunicação que não estejam relacionados com o uso da visão. Já as crianças com visão parcial ou reduzida são aquelas que têm limitações da visão à distância, mas que são capazes de ver materiais e objetos a poucos centímetros de distância, elas são capazes de ler textos impressos ampliados ou com o uso de recursos óticos especiais.

As principais causas da cegueira têm sido relacionadas em amplas categorias como doenças infecciosas, acidentes e ferimentos, e causas hereditárias como a catarata, a atrofia do nervo ótico, e o albinismo. É importante destacar que esses fatores hereditários ainda são mais

frequentes na causa da deficiência visual do que as doenças e os acidentes. Dentre as principais doenças que podem levar a cegueira, pode-se destacar a diabetes, a sífilis, o glaucoma, e a ceratite².

A criança com deficiência visual enfrenta ao longo da sua vida diversas limitações referentes à percepção, como a capacidade de se locomover, a interação com o meio ambiente e a extensão e a variedade de experiências. Em relação ao desenvolvimento cognitivo, González (2007, p. 104) afirma que:

A capacidade de processamento da informação não diminui nem com a cegueira nem total nem parcial, mas o que dificulta a cognição são as limitações pela falta de exploração direta e os problemas da mobilidade, mesmo que algumas possam ser substituídas por outros canais de informação.

A isso, Silva (2014, p. 55), aponta que:

Está cientificamente comprovado que crianças cegas e videntes apresentam o mesmo padrão de desenvolvimento, embora o ritmo possa ser mais lento para as que não enxergam. Porém, não devemos ater à afirmativa em relação ao “ritmo mais lento” e deixar de oportunizar várias e desafiadoras atividades que estimulem o desenvolvimento cognitivo dos alunos cegos.

Assim, no processo educacional de alunos com deficiência visual, o professor tem de considerar diversos aspectos, dentre eles o grau de aceitação da condição de ser cego, as implicações decorrentes da cegueira, as características e o funcionamento próprios de cada sentido (o tato, olfato, paladar e audição), além de instrumentos e recursos didáticos disponíveis na atualidade, como: a leitura através do Sistema Braille, o Sorobã para cálculos matemáticos, a audição de livros falados, os materiais didáticos adaptados, a tecnologia, os objetos concretos e reais que rodeiam, além de proposições didáticas e da formação do professor que deve ser conceitual, reflexiva e prática (SILVA, 2006, p. 150).

Diante disso, é necessário que o aluno com deficiência visual seja orientado a seguir as mesmas regras da sala de aula e as normas de disciplina, exatamente como qualquer outro aluno deve seguir. A isso, Silva (2006, p. 151) aponta que esse aluno:

Deve ser estimulado a participar de todas as atividades do dia-dia escolar, sendo-lhes apresentadas alternativas que o tornem capaz de realiza-las com o mesmo nível de dificuldade conferido aos demais alunos.

² A ceratite é a inflamação da córnea que pode ser causada por bactérias, vírus, e fungos.

Ainda, cabe ao professor ao planejar atividades de ensino e aprendizagem para uma classe ou turma com alunos com deficiência visual incluídos, necessita considerar os estímulos a serem priorizados durante as aulas:

O campo de atividades é vastíssimo e variado, pois são semelhantes às aplicadas aos alunos videntes. Em quase todas as atividades há possibilidade de adaptação, considerando a necessidade da disciplina ministrada, a disponibilidade de espaço físico e o material existente (SILVA, 2006, p. 152).

Na escola regular, os conteúdos curriculares deve ser os mesmos, tanto para alunos videntes como para os alunos com deficiência visual, para isso a vários documentos oficiais e legislações que asseguram essa legitimidade curricular.

De acordo com Silva (2014, p 56), o professor deve compreender que o aluno com deficiência visual não vive em um mundo “sombrio”, e sim entender que esse aluno percebe coisas e ambientes e adquire informações por meio do tato, e dos outros sentidos como a audição, o paladar, o olfato; o professor deve estimular a aprendizagem do Braille pelas crianças cegas, pois assim estará lhe assegurando uma forma de ler e escrever. É interessante que o professor utilize materiais com diferentes texturas na elaboração de materiais didáticos, estimulando assim o desenvolvimento de todos os sentidos do aluno por meio de diversas atividades. Ainda, orientar o aluno a que direções devem seguir da maneira mais clara possível (direita, esquerda, acima, abaixo), também devem ensinar as crianças a orientarem seus corpos e a movimentarem-se pelos diversos espaços da sala de aula com segurança e autonomia. É importante que o professor fale direto ao aluno cego, e nunca por intermédio de colegas ou acompanhantes, a pessoa cega pode ouvir tão bem quanto você. Assim, é interessante não evitar as palavras do tipo “veja”, “olhe”, todas as pessoas com deficiência visual a utilizam cotidianamente.

Ainda de acordo com Silva (2014, p. 58), é importante que o professor nunca exclua o aluno com deficiência visual de participar plenamente das diversas atividades que fazem parte do cotidiano da escola, muito menos minimizar a participação do mesmo. Proporcionar oportunidades ao aluno com deficiência visual de ter sucesso ou de falhar é uma postura correta e que deve ser seguida sempre pelos docentes. Ainda, é imprescindível que o professor:

Possibilite diferentes instrumentos de avaliação, tais como: prova em Braille, prova oral, apresentação de seminários e portfólios adaptados para o aluno cego; permita, durante as aulas, o uso de gravador, da máquina de escrever Braille, de computador com programas sintetizadores de voz e leitores de texto; promova atividades colaborativas entre os alunos, tais como as que podem ser desenvolvidas em dupla, possibilitando ao aluno cego ter, em seu colega, um escriba e leitor (SILVA, 2014, p. 59).

Sabe-se que diante do nosso cenário educacional, muitas dessas atividades e ações são impossibilitadas, pois a escola muitas vezes só faz a inclusão do aluno com deficiência visual de uma maneira física, não a incluindo nas diversas atividades que compõem o cotidiano escolar. Ainda, a maioria dos professores não sabe como lidar com esse educando com deficiência visual, onde as aulas se constituem apenas pela oralização.

3 OS DESAFIOS E AS DIFICULDADES DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR

Diante dos pressupostos apresentados anteriormente, foi realizada uma pesquisa participante no intuito de entender de perto como se dá o processo educacional de uma aluna com deficiência visual em escola regular da cidade do Natal-RN, e perante a isso, elencar os seus principais desafios e dificuldades diante do processo da inclusão.

De acordo com Silva (2014, p. 40) a inclusão não consiste somente em efetuar a matrícula de alunos com deficiência nas escolas, mas sim em um processo de criar um todo, de reunir os alunos em geral, independente de suas condições étnicas, social, física, sensorial, intelectual, e fazer com que aprendam juntos e tenham sucesso em sua aprendizagem.

Assim, mediante essa consideração, é interessante pensar como os alunos com deficiência visual estão sendo inseridos no sistema regular de ensino, para isso a pesquisa teve como aporte investigar o cotidiano escolar da aluna Rosa³ que está apenas a 1 (um) ano na escola regular.

Rosa tem 12 (doze) anos de idade, e desde que foi diagnosticada com cegueira congênita frequenta a escola especial onde realizou e ainda realiza diversas atividades como a reabilitação, a estimulação, atividades físicas, atividades de leitura e escrita em Braille dentre outros. Rosa é como qualquer criança vidente; gosta de brincar, passear, escutar música, e assim como as outras também tem sonhos: o de ser uma jornalista.

Rosa permaneceu na escola especial até o ano de 2012, quando teve de matricular-se em uma escola regular. Para ela esse foi um momento de muita angústia, pois na escola especial todos eram iguais:

“Eu não queria ir para a escola especial. Tinha medo [...] aqui eu e meus amigos somos todos cegos. Pra gente isso é normal. Ai na escola regular, os outros vão me ignorar porque sou cega, mas tem que ir né. Eu aos poucos eu vou me acostumando” (Relato da aluna Rosa).

³ Nome fictício para preservar a imagem da aluna.

Assim, fica evidente que a aluna ainda sofre com o problema da discriminação do preconceito na maioria das vezes por parte dos alunos. Estes que deviam propiciar situações acolhedoras, ainda estão imersos no preconceito. Com isso, a escola tem de instituição educativa, tem de pensar em práticas humanizadoras que tornem toda a comunidade escolar inclusiva, aberta ao diferente, as diversidades.

Ainda, durante as observações ficou evidente que os professores não se adequaram a necessidade educacional da aluna na condição de deficiente visual. As atividades são na maioria das vezes oralizadas, onde a aluna escreve com o auxílio da reglete e da punção em Braille:

“Eu fico triste porque os professores não sabem o Braille. Ai, eles deviam trazer as atividades em Braille pra eu não perder muito tempo escrevendo no Braille. Eu fico cansada. Se eles trouxessem as atividades no Braille, ai facilitava muito nas aulas” (Relato da aluna Rosa).

É necessário que os professores conheçam a realidade da aluna enquanto deficiente visual, elaborando práticas e estratégias de aprendizagem que motivem a aluna, sejam com atividades em Braille, com materiais didáticos adaptados em relevo, com recursos sonoros como o gravador, leitor de livros, computadores com programas de voz (Dosvox, NVDA), dentre outros.

Durante a pesquisa, alguns professores relataram que ficavam “de mãos atadas” por não saberem como lidar com a deficiência da aluna, alegando que os alunos chegavam na escola e não havia nenhuma preparação por parte das secretárias ou da própria escola, no que diz respeito ao acolhimento da aluna, e da preparação de atividades:

“As vezes fico triste porque não sei o que fazer com a aluna Rosa. A escola não oferece nenhum suporte. É como se eles achassem que a gente já soubesse, que já saibamos disso porque já somos formados. O problema é que essa temática não é tão abordada na universidade, daí quando chegamos na prática ficamos assim desesperados porque a aluna é muito inteligente, mas que muitos que enxergam, mas as vezes infelizmente ela fica sem recurso na minha aula porque eu não sei como fazer” (Relato de um professor da aluna Rosa).

É necessário que na condição de licenciando, as universidades devem propor disciplinas teóricas e práticas para subsidiar a formação do professor diante do paradigma da inclusão. Tendo o conhecimento e a prática durante a sua formação, o professor terá mais subsídio quando futuramente encontrar um educando com necessidades especiais em sala de aula. Além disso, as secretarias de educação devem à medida que a escola recebe o educando com deficiência, seja ela qual for, propiciar aos professores e a escola como um todo cursos

de formação e aperfeiçoamento, tanto na questão de elaboração de materiais quanto no convívio, nas formas de atendimento e interação.

Outra dificuldade encontrada pela aluna Rosa é a não adequação da escola no que diz respeito à acessibilidade:

“Eu gosto da escola. Eu acho que os corredores deviam ser mais largos, às vezes é difícil andar com a bengala porque é muito estreito. Tem uma rampa, mais ela não é muito sinalizada. Até pra chegar aqui é difícil. Devia ter mais rampa. Tanto na escola e até na rua. Pensam que não existimos” (Relato da aluna Rosa).

Pelo relato da aluna é possível compreender que as dificuldades inerentes à acessibilidade ainda existem, embora diversas medidas já tenham sido tomadas a partir do paradigma da inclusão. Atualmente a sociedade já tem outra dimensão sobre a concepção daqueles que não enxergam, adaptando calçadas, letreiros dentro outros; mesmo assim muito ainda precisa ser feito dentro e fora do ambiente escolar para assim concretizar a verdadeira inclusão.

Além das dificuldades aqui mencionadas, foi possível empreender durante as observações e entrevistas realizadas com a aluna Rosa que ainda tem muito a ser fazer para que realmente a escola seja inclusiva, principalmente quando se fala nas relações de ensino e aprendizagem. Em algumas ocasiões foi possível que alguns professores não dão muita importância à aluna, a excluindo de algumas atividades e até das atividades de avaliação.

Portanto, através das observações empreendidas na sala de aula com a aluna Rosa, ficou evidente que a escola na qual a aluna está matriculada ainda precisa de muitas adequações no que diz respeito a adequação de atividades que atendam a suas necessidades especiais na condição de deficiente visual, além de uma melhor visibilidade perante a comunidade escolar para minimizar o preconceito “sofrido” pela aluna por alguns componentes da escola. Para a maioria é como se aluna não existisse. Ainda é preciso haver uma cooperação por parte dos alunos que compõem a turma da aluna Rosa, no sentido de haver mais solidariedade e respeito principalmente no momento de explicações de atividades. O barulho sem dúvidas atrapalha muito a aluna, deixando-a muitas vezes desmotivada.

No meio de tantas dificuldades, foi possível perceber que muitos professores embora não tenham nenhuma informação e formação à respeito da deficiência da aluna, fazem o possível para inclui-lá nas atividades, como seminários, apresentação de atividades de pesquisa e trabalhos em grupo. Ainda, solicitam a impressão a atividades em Braille em outra escola que conta com a impressora Braille.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado e desenvolvido em uma escola regular de ensino possibilitou-nos a reflexão, dentre outros aspectos, sobre as dificuldades e desafios enfrentados por uma aluna com deficiência visual mediante a sua inserção em uma escola inclusiva.

Com as contribuições históricas aqui empreendidas sobre a trajetória educacional e social e educacional da pessoa com deficiência visual, ficou evidente que desde a antiguidade o preconceito já era evidente, perdurando até os dias atuais mesmo com toda a questão da inclusão.

Assim, a partir das explicações sobre a deficiência visual ficou evidente que uma criança cega não é uma criança menos desenvolvida que as videntes, ela apenas estabelece relação com o mundo que a cerca de forma diferente, pois utiliza, também, de meios e instrumentos próprios para fazê-lo, tais como, sistemas simbólicos alternativos e recursos como a escrita em Braille, e materiais didáticos adaptados (SILVA, 2006, p. 160).

Ainda ficou evidente que são muitas as dificuldades encontradas na escola regular para atender os educando com necessidades educacionais especiais de uma forma geral. A falta de informação e de compromisso ético e político com a profissão, dificuldades de adaptação de material, falta de apoio por parte das escolas, dos colegas, e do próprio governo em suas três instancias (SILVA, 2006, p. 160).

Portanto, de acordo com Martins (2006, p. 19) para que essas e outras dificuldades aqui apresentadas e vividas pela aluna com deficiência visual na escola regular possam ser amenizadas é necessário que o Governo adote políticas inclusivas e não apenas divulgue, através dos meios de comunicação, que está promovendo a inclusão escolar e que, em decorrência disto, as escolas estão sendo receptivas para receber a todos os educandos, sem exceção; que busque formas a fim de contribuir para mudar a escola, para torná-la receptiva às necessidades de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BUENO, José Geraldo Silveira. A Educação especial na sociedade moderna. In. **A educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDC, 2004.

GONZÁLEZ, Eugenio. **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KIRK, Samuel A. & GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional**. 3º ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Um olhar histórico sobre as pessoas com deficiência visual**. 1999; 2006.

MARTINS, Lúcia de Araujo Ramos. **Inclusão: compartilhando saberes**. Org. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação Inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões**. 1º Ed. São Paulo, Paulinas, 2014.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Estratégias de ensino utilizadas, também, com um aluno cego, em classe regular. In: **Inclusão: compartilhando saberes**. Org. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.